

UNIDADE: SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

PRIORIDADE	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	OBJETIVO A SER ALCANÇADO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	DESPESAS ESTIMATIVAS						JUSTIFICATIVA OU FUNDAMENTAÇÃO	DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO
				INSCRIÇÃO	DIÁRIAS	PASSAGENS	ADICIONAL DE DESLOCAMENTO	INDENIZAÇÃO DE DESLOCAMENTO	TOTAL		
1	Auditoria Interna no Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309 – Teoria e prática - 16 horas	Visa aprofundar a compreensão das diretrizes, funções e trabalhos da Auditoria Interna do Poder Judiciário	2	R\$ 3.840,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.840,00	Tratam-se dos normativos fundamentais da organização e fundamentação da função de Auditoria Interna do Poder Judiciário. Resolução CNJ 309/2020, arts. 69, caput e § 1º, 71 e 72, caput e par. ún.	11 a 14 de abril on-line https://ibgp.net.br/cursos/gestao-de-riscos-e-auditoria/auditoria-interna-no-poder-judiciario-com-base-nas-resolucoes-cnj-308-e-309-teoria-e-pratica
2	Auditoria 4.0 - 24 horas	Capacitar os servidores a promoverem mudanças nas áreas de Auditoria, Gestão de Riscos e Controles Internos para responder aos novos desafios das tecnologias disruptivas no ambiente corporativo.	2	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	Em um cenário de mudanças tecnológicas muito agressivas e rápidas, o servidor que trabalha na auditoria interna deve estar preparado para se posicionar e agir de acordo com as transformações que afetem seu trabalho. Resolução CNJ 309/2020, arts. 69, caput e § 1º, 71 e 72, caput e par. ún.	Março on-line https://iabrasil.org.br/cursos/auditoria-4.0
3	Audi 2 EOP - 24 horas	Apresentar ao servidor conceitos sobre riscos, transparência e governança, além de abordar o planejamento estratégico e garantia de qualidade da auditoria interna e técnicas para a execução de auditoria interna baseadas em riscos.	2	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	Curso que representa a continuidade do curso Audi 1 EOP para servidores que já o completaram, para aprofundar o seu conhecimento em auditoria governamental. Resolução CNJ 309/2020, arts. 69, caput e § 1º, 71 e 72, caput e par. ún.	Junho On-line https://iabrasil.org.br/cursos/Audi-2-EOP
4	Conceitos básicos de contabilidade - 8 horas	Apresentar noções sobre a estrutura conceitual básica da contabilidade, abordando assuntos como princípios, normas, escrituração contábil, elementos das demonstrações contábeis, a fim de auxiliar o auditor interno nas suas análises e exames dos processos e controles internos relacionados a temas contábeis dos órgãos em que atuam.	2	R\$ 1.980,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.980,00	Possibilitar aos servidores o aprendizado de conceitos de contabilidade que serão fundamentais na aplicação na Auditoria Contábil que por força de normativo do TCU a Secretaria de Auditoria Interna deve realizar todos os anos. Resolução CNJ 309/2020, arts. 69, caput e § 1º, 71 e 72, caput e par. ún.	Abril on-line https://iabrasil.org.br/cursos/CONTABILIDADE
5	Audi 1 EOP - 24 horas	Capacitar o servidor em conceitos, procedimentos, técnicas e metodologias necessárias para o desempenho das responsabilidades na auditoria interna governamental.	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00	Curso formador que apresenta as bases da atividade de auditor interno do setor público. Resolução CNJ 309/2020, arts. 69, caput e §§ 1º e 2º, 71 e 72, caput e par. ún.	13 a 15 de março on-line https://iabrasil.org.br/cursos/Audi-1-EOP

6	Previdência dos Servidores Públicos: Cálculos de Aposentadorias e Pensões - Atualizado pela EC 103/2019 e a NOVA Portaria MTP 1.467/2022 - 20 horas.	Visa esclarecer as significativas modificações introduzidas pela recente Reforma da Previdência no serviço público, promovida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, destacando a regra geral (disposições transitórias), as regras de transição e do direito adquirido.	1	R\$ 2.790,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.790,00	O curso trará conhecimentos que irão fundamentar a execução de Auditorias em Aposentadorias . Resolução CNJ 309/2020, arts. 69, caput e § 1º, 71 e 72, caput e par. ún.	10 a 14 de abril on-line https://onecursos.com.br/course/course/o-online-de-previdencia-dos-servidores-publicos-calculos-de-aposentadorias-e-pensoes-reforma-da-previdencia-e-rpps-ec-103-20191665696647
7	Auditoria Contábil via SIAFI com Análise de Balancete - 20 horas.	Análise de aspectos relacionados à Conformidade Contábil que subsidia o correto registro da conformidade contábil no SIAFI e fornece meios para uma Auditoria via SIAFI	1	R\$ 2.790,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.790,00	Curso que embasa análises que possibilitam a realização de Auditoria Contábil.que por força de normativo do TCU a Secretaria de Auditoria Interna deve realizar todos os anos. Resolução CNJ 309/2020, arts. 69, caput e § 1º, 71 e 72, caput e par. ún.	23 a 27 de outubro on-line https://onecursos.com.br/course/course/o-online-auditoria-contabil-via-siafi-com-analise-de-balancete



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DO QUADRO DE PESSOAL
Email – desenvolvimento@trt9.jus.br

DES SEGESPE/CGQP/SDEP nº 015/2023

Assunto: Plano Anual de Capacitação das unidades de apoio administrativo – PAC - ADM 2023

Interessado: TRT9

Trata-se de informação apresentada pela Coordenadoria de Gestão do Quadro de Pessoal - CGQP referente ao Plano Anual de Capacitação dos servidores da área administrativa para o ano de 2023 – PAC – ADM 2023.

Em suma, a CGQP, por intermédio da Seção de Formação e Desenvolvimento Pessoal - SDEP informa o seguinte:

A. Em resposta ao DES ADG n. 062/2023, apresenta a proposta do Plano Anual de Capacitação – PAC - ADM 2023 destinado aos servidores das unidades administrativas do Tribunal, conforme anexos A, B, C, D, E e F para análise e aprovação.

B. Informa que para a consolidação das demandas apresentadas pelas unidades, visando a elaboração do Plano, foram adotados os seguintes critérios e diretrizes:

1. atendimento a 100% das capacitações obrigatórias;
2. sobrestamento das atividades de capacitação In Company da CSPI, uma vez que há em andamento tratativas para a realização das capacitações com órgãos da Segurança Pública;
3. exclusão do PAC e tratamento em processo apartado, dos eventos de Sustentabilidade, em virtude de apresentarem alto investimento e necessitar de aporte financeiro para a execução;
4. atendimento apenas à demanda por Palestras sobre Assédio Sexual e Moral no trabalho a serem ministradas na semana de Combate ao Assédio e à Discriminação. Tal procedimento leva em consideração que no ano de 2022 foi disponibilizado evento para todos os gestores e demais servidores interessados;
5. atendimento às demandas específicas das unidades que não impliquem investimento com diárias e passagens, ajustando a quantidade de servidores participantes, de modo a proporcionar, pelo menos, um servidor da unidade capacitado na demanda;
6. exclusão das demandas específicas da STISJ que possuam necessidade de investimento e não tenham previsão de data para a realização, a fim de evitar que se aloquem recursos em eventos não programados;
7. exclusão das demandas específicas sobre eventos que tratem dos temas do Programa de Desenvolvimento de Gestores, uma vez que em ao longo do ano de 2022 foi conduzido o referido programa com a disponibilidade de vagas para todos os interessados;
8. atendimento às demandas das unidades para os fóruns e congressos que não impliquem investimento em diárias e passagens;
9. atendimento às demandas das unidades por fóruns e congressos cujos eventos o Tribunal não tenha participado nos últimos dois anos. Ainda assim, foi necessário estabelecer a participação de um servidor por evento a exceção da um evento para a Secretaria de Gestão de Pessoas que conta com a recém-criada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

INF. SEGESPE/CGQP/ SDEP nº 001/2023

fl. 2

Coordenadoria de Gestão do Quadro de Pessoal, cuja atribuição precípua consiste na governança e estratégia de pessoas;

10. atendimento às demandas de Licitações e Contratos que não impliquem investimento com diárias e passagens, ajustando a quantidade de servidores participantes, de modo a proporcionar, pelo menos, um servidor da unidade capacitado na demanda;
11. atendimento a um evento por instrutoria interna por unidade demandante, desde que não implique investimentos em diárias e passagens;
12. no caso específico da STISJ, que apresentou 45 demandas, atendimento, com os ajustes aplicados a todas as demais unidades, até a prioridade 20.

C. Sugere que os valores identificados no planejamento de diárias 2023, sejam revertidos para a capacitação, sem o prejuízo ao regular atendimento das atividades das unidades, porquanto tais valores foram reservados para atividades de capacitação tratadas neste PAC. Os valores encontrados são os seguintes:

Unidade	Diárias (R\$)	Passagens (R\$)	Ind. Desloc. (R\$)	Total (R\$)
SEGESPE	48.852,34	20.080,00	4.040,00	72.972,34
SGP	2.450,00	0,00	0,00	2.450,00

D. Por fim, sugere o seguinte:

- a) aprovar o Plano Anual de Capacitação da área administrativa 2023, com base nas informações dispostas e conforme os dados constantes nos anexos a até f, cujo montante total do investimento é de R\$ 618.342,25, cujos valores globais são os seguintes:
 - Taxas de inscrições: R\$ 516.698,25;
 - Concessão de Diárias e Adicional de Deslocamento: R\$ 72.244,00;
 - Fornecimento de Passagens aéreas: R\$ 29.400,00.
- b) autorizar o remanejamento dos valores no planejamento de diárias 2023 destinados às atividades de capacitação da SEGESPE e da SGP para reforçar o orçamento de capacitação da área administrativa;
- c) determinar ao NGO que providencie junto à SECOF o pedido de autorização ao CSJT de reclassificação do valor de R\$ 75.422,34 do Item 151102023000177 – Diárias – Servidores e magistrados (agrupada) - PTRES 168089 para o Item 151102023000012 – (CRH) – Diárias – Capacitação Administrativa – PTRES 168092;
- d) determinar que a SEGESPE providencie os remanejamentos necessários para ajustar o SIGEO-JT aos valores previstos no PAC aprovado;
- e) notificar a Escola Judicial para que tome ciência das demandas da SGJ (ANX SGJ 093/2023) afetas à sua área de atuação.

Submeto os autos à consideração superior, sugerindo o acolhimento das sugestões da SDEP.

Curitiba, 3 de março de 2023.

BIANCA MERINO FERNANDES
Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

INF. SEGESPE/CGQP/ SDEP nº 001/2023

n. 3

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, faço conclusos os autos à Excelentíssima Presidente do TRT da 9ª Região, Desembargadora Ana Carolina Zaina, sugerindo o acatamento das sugestões da SEGESPE.

Curitiba, 3 de março de 2023.


SANDRO AENCAR FURTADO
Diretor-Geral

DES CGQP 015/2023

Ciente das informações apresentadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, **acato** a sugestão do Diretor-Geral.

- I.** aprovo o PAC – ADM 2023, conforme apresentado nos anexos A, B, C, D, E e F;
- II.** autorizo a reversão dos valores de diárias constantes na letra C. das unidades identificadas para a capacitação da área administrativa;
- III.** determino que o NGO providencie junto à SECOF o pedido de autorização ao CSJT de reclassificação do valor de R\$ 75.422,34 do Item 151102023000177 – Diárias – Servidores e magistrados (agrupada) - PTRES 168089 para o Item 151102023000012 – (CRH) – Diárias – Capacitação Administrativa – PTRES 168092;
- IV.** determino que a SEGESPE providencie os remanejamentos necessários para ajustar o SIGEO-JT aos valores previstos no PAC aprovado;
- V.** notifique-se à Escola Judicial para que tome ciência das demandas da SGJ (ANX SGJ 093/2023) afetas à sua área de atuação; e
- VI.** caso alguma unidade deseje ampliar seu investimento em capacitação deverão retirar de seus próprios orçamentos utilizando folga orçamentária no grupo 3 e submetendo à análise de aprovação e autorização oportunamente.

Curitiba, 3 de março de 2023.


ANA CAROLINA ZAINA
Desembargadora Presidente do TRT da 9ª Região.